

Cardoso deixa o Senado e anuncia reformas

■ Presidente eleito se despede do Congresso e prega mudanças na Constituição para cumprir suas metas políticas e econômicas

Voltou a esta tribuna, não para uma despedida, mas para uma palavra de gratidão e fidelidade.

Há dez anos, quem aqui fazia seu discurso de estréia era o intelectual que as artimanhas do autoritarismo astafaram compulsoriamente da cadeira universitária e converteram em aprendiz de político.

Hoje, vinda uma etapa desse aprendizado, dito, a emoção de deixar a casa onde me fiz plena e orgulhosamente político. E com o diploma de primeiro mandatário que o povo generosamente me concedeu, venho à presença dos meus pais dizer do fundo do coração: muito obrigado.

Língua de política democrática — Obrigado pela prática permanente do diálogo, do debate — frequentemente acalorado, crispado, aqui e ali, pelo risco de impasses que fomos capazes de superar, para o bem do Brasil; mas sempre leal e construtivo. Não poderia haver exercício mais gratificante do que esse para alguma, como eu, que entende que a política democrática deve ser uma forma de convivência cívica; e a arte de transformar a sociedade acrecentando nas próprias raízes, mais evoluindo, as raízes do outro e medindo as consequências dos prônimos atos. Porque o modo democrático de mudanças significa também mudança das consciências através do convencimento. E esse, quando não é imposição, disfarçada, é um processo de esclarecimento recíproco que supõe a possibilidade tanto de convencer como de ser convencido.

Obrigado pelos exemplos de espírito público que tive a felicidade de colher nesta Casa. Foram tantos, e de tantos lados, que só fizeram fortalecer em mim a certeza de que a devoção ao bem do Brasil não é monopólio de ninguém; não conhecem fronteiras de partidos, nem de ideologias, nem de interesses regionais ou de classe. Exige apenas generosidade para pensar no que é melhor para o país como um todo, e discernimento para julgar o que é melhor. Reconhecimento que provém — e isto eu também aprendi aqui — muito mais de experiência no trato da coisa pública do que de qualquer saber teórico.

Estreou nesta tribuna rendendo homenagem a dois políticos — Ulysses Guimarães e André Franco Montoro — que para mim encarnaram no mais alto grau as virtudes do espírito público e da capacidade de diálogo. Hoje eu gostaria de deixar registrada nos anais do Senado uma manifestação de reconhecimento a todos quantos, nesta casa e fora dela, fizeram das mesmas virtudes a argamassa da ponte que deu passagem à transição democrática.

As eleições marcam o fim da transição — Acontece que estas eleições coloca, a meu ver, um ponto final na transição. Depois de 16 anos de marchas e contramarchas, a "abertura lenta e gradual" do ex-presidente Geisel parece finalmente chegar ao porto seguro de uma democracia consolidada — e aqui falo mais como observador da história recente do que como presidente eleito.

Em um edifício acabado essa democracia? De certo que não. Há uma agenda de reformas políticas que não se engotou na questão do sistema de governo. Tememos de encarnhar essas reformas, ate para compatibilizar a opção presidencialista do eleitorado com os requisitos de legitimidade e eficácia das instituições representativas.

Quando digo que a transição chegou a bom termo, não me refiro, portanto, às instituições. Refiro-me, em primeiro lugar, ao enraizamento da democracia no solo firme da sociedade brasileira.

Esta é uma boa notícia que as eleições confirmaram.

É verdade que as frustrações políticas dos últimos anos cobram seu preço. Aí está o aumento do absteimento e dos votos brancos e nulos, a nos adverter que as reservas de esperança do povo podem ser grandes, mas não são inegociáveis.

Apesar disso, a imensa maioria apostou mais uma vez na participação eleitoral. E distribuiu maciçamente seus votos entre opções que, bem pesadas as diferenças, apontavam para um horizonte comum de mudanças com liberdade.

Nestes meses de andanças pelo Brasil, quantas vezes não li o olhar do eleitor mais humilde, nos lugares mais remotos, a mensagem tocante de confiança, mas também de cobrança ativa de quem sabe e se orgulha de ser cidadão? Quem leva no peito esse sentimento, mesmo quando ele ainda nem se traçou em palavras, sabêr repetir tanto o salto no escuro como o retrocesso a situações autoritárias. Ou — o que seria talvez o pior dos cenários — o marasmo de uma democracia meramente formal, esvaziada de conteúdo econômico e social pelas pragas do clísmo, do fisiologismo e do corporativismo.

Não deixa de ser espantoso que uma sociedade marcada por tantas desigualdades, e castigada, no passado recente, por decepções tão amargas com seus representantes, tenha sido capaz de marchar para as urnas com tanta tranquilidade. E que, afinal, saia das eleições unida em torno da perspectiva de um amanhã mais próspero e justo pela via democrática.

Eu perguntei: e, nos depositários desse voto de confiança? Seremos capazes de superar nossas próprias deficiências para responder aos anseios da sociedade?

Creio que também nesse terreno há sinais aliviantes.

Saimos da refrega eleitoral sem círcices pessoais ou partidários, no plano político. Na imprensa, aqui e ali chegaram a recuar. Muita "frixa" da campanha presidencial. Eu não vi frixa. Vi, sim, a brisa de uma escola mais reflexa por parte do eleitorado, e um clima de civilidade entre os candidatos — ambiente para o qual procurei contribuir e pelo qual sou grato aos meus competidores.

As circunstâncias faltaram que seja assim. O colapso de fronteiras ideológicas, no mundo, perdeu, com certa alguma tristeza, a sua dimensão, arrestando os impactos setoriais à esquerda e à direita.

A divisão histórica entre apoiadores e opositores do regime de 64, que de algum modo sobreveio ao pacto da aliança democrática, também não vigorou mais. Não polariza as forças políticas nem o eleitorado. As tentativas de restabelecer esse divisor de águas no processo eleitoral frustraram-se. Se é que

apoiava, é que teria a solidariedade, com estes colab-

bessem duvidas, cairam por terra diante das alianças feitas; por todos no segundo turno das eleições de governador.

O amadurecimento da sociedade veio acompanhado, assim, de uma saudável distensão das forças políticas. Saudável, não porque a polarização seja um mal em si — ao contrário, ela é a mola do processo democrático. Saudável, porque a remoção das barricadas do passado abre caminho para um outro tipo e de recorte partidário, que não bloquee o diálogo e que, em vez do imobilismo, instaure a dinâmica da competição entre diferentes alternativas de construção do amanhã.

Exportar para importar: esta é a regra que deve presidir ao novo ciclo de crescimento. Importar equipamentos e insumos para acelerar a modernização e a expansão da indústria, da agricultura e dos serviços domésticos. Importar bens de consumo, sim, mantendo uma proteção tarifária moderada, para que os preços internos se aproximem dos preços internacionais, e os gastos de produtividade já ocorridos e posteriores se transformem para o conjunto da sociedade.

É assim que se combina crescimento e distribuição de renda nas economias capitalistas maduras.

Nesta perspectiva, o governo terá de estar atento para não comprometer o desempenho das exportações e da produção para o mercado interno.

A continuidade do crescimento da economia supõe taxas de investimento acima de 20% do PIB, como na década de 70. A retomada dos investimentos — especialmente em infra-estrutura — tem como seus pilares a confiança na estabilidade econômica do país e a construção de um marco institucional que permita a iniciativa privada exercer a plenitude seu talento criador. Marco no qual cabe destacar a crescente autonomia do Banco Central como guardião da estabilidade da moeda.

Por seu lado, a instauração de uma verdadeira democracia econômica e social supõe que a ação do Estado se volte efetivamente para as maiores menos organizadas e inorganizáveis: os consumidores, os contribuintes, sobretudo os pobres e os excluídos. Para isso é preciso resgatar o Estado da phagema dos "interesses estratégicos", das "conquistas sociais" exclusivistas, do corporativismo — numa palavra, dos privilégios que distorcem a distribuição de renda.

Tanto a retomada do crescimento como o resgate da divida social apontam, assim, para um ataque decidido à parte dos gastos públicos que existem apenas para sustentar arranjos corporativos.

Portanto, manter e aumentar a competitividade das exportações, sim. Mas em bases consistentes com a política de estabilização e com a estratégia de abertura da economia.

Até lá, permaneceremos com pressões que acarretam custos excessivos para a indústria.

Trata-se, é certo, de reduzir a dívida pública, para que os resultados da recuperação da "poupança pública" não sejam anulados pelo custo da "despoupança" anterior, ou seja, pelo pagamento de juros. Como herança da indisciplina fiscal dos últimos anos, pesam sobre o Tesouro Federal, diretamente, passivos de mais de R\$ 200 bilhões. Os senadores conhecem bem as dificuldades dos estados. O equacionamento desses megapassivos deve passar, entre outras medidas, pela venda de ativos da União e dos governos estaduais.

Mas trata-se principalmente de dividir com capitais privados os pesados investimentos na expansão da infra-estrutura econômica. Numa estimativa conservadora do crescimento da economia, o Brasil terá de investir R\$ 20 bilhões por ano nos próximos quatro anos, para que não surjam "gargalos" na oferta de energia, transportes e telecomunicações.

O setor público não seria capaz de financiar sozinho esse volume de investimentos. E, dentro do novo modelo de desenvolvimento, tem outras prioridades às quais destinar os resultados da melhora da situação fiscal: preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva.

Trata-se de substituir o mercado, tratando mandatários, temos prazo — um prazo limitado — para tomar as medidas que garantem a continuidade da estabilização e preparar o novo ciclo de desenvolvimento.

O povo, que hoje ensaiou uma reunião com o poder, será fundamental. Mas mudou de natureza.

O Estado produziu diretamente para seguir o plano. E o Estado regulador, não só de espantar regras e favores especiais à torto e à direito, mas de criar o marco institucional que assegure plena eficiência ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva.

Trata-se de garantir a eficiência do mercado como princípio geral de regululação.

Tenho repetido exaustivamente, mas não custa insistir: isto não significa que a ação do Estado deixe de ser relevante para o desenvolvimento econômico. Ela continua sendo fundamental. Mas mudou de natureza.

O Estado produziu diretamente para seguir o plano. E o Estado regulador, não só de espantar regras e favores especiais à torto e à direito, mas de criar o marco institucional que assegure plena eficiência ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva.

Trata-se de garantir a eficiência do mercado como princípio geral de regululação.

Mão-de-obra e matéria prima brutas devem ser de vantagem comparativa relevantes no mercado mundial. O que faz a diferença é a eficiência conjunta da cadeia de produção e comercialização de cada país.

E fundamental que o Brasil ofereça à indústria doméstica condições semelhantes às dos concorrentes externos.

Para isso, vamos ter de proceder a uma revisão do sistema tributário e nas regras relativas aos mercados de trabalho e de capitais.

A abertura da economia implica a eliminação de restrições anacrônicas ao investimento estrangeiro, e requer regras claras sobre a movimentação de capitais do exterior e para o exterior.

Também vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

A remoção desses estudos do velho modelo aumentará enormemente a eficiência global da economia brasileira. Reduzirá os custos das empresas. Reduzirá os custos da política econômica para o próprio governo, hoje sobrecarregado por subsídios e pela administração de sua parceria regulatória. E redurá-los em preços finais mais baixos, tanto para o consumidor quanto para o produtor dos assalariados.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

Por isso a parceria com a comunidade é fundamental para o exito das políticas sociais. Não porque a comunidade possa substituir a ação do Estado. Mas porque elas são indispensáveis para dar eficiência a essa ação, apontando as prioridades corretas, fiscalizando e garantindo a eficiência da economia.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Entendo que, no espirito da regra presidencialista, caberá a mim suscitar a discussão, pelo Congresso, das medidas que garantem a continuidade da estabilização e preparar o novo ciclo de desenvolvimento.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.

Portanto, vamos ter de ir fundo na desmontagem das antigas regulamentações que davam, uma certa proteção cartorial a determinados setores.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecologista. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como "organizações neogovernamentais". Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e a agir para as reformas que não sejam minhas, no sentido de que não fui eu que as inventei, fui eu que salvi sua defesa no pleito presidencial. E de mim, portanto, que primeiro serão cobrados os resultados.